

## BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

MANUELA D. DOMINGOS

INÉS LÓPEZ

A. BRAZ DE OLIVEIRA

### I. ANTECEDENTES DA BIBLIOTECA

Quando a Real Biblioteca Pública da Corte foi criada, por Alvará de 29 de Fevereiro de 1796, apresentava-se como Instituição de cultura ao serviço de todos os vassallos de S.M. a Rainha D. Maria I (1734-1816), pronta a abrir as suas portas num curto prazo de tempo, antecipando, quanto possível, o acesso ao acervo que já guardava. Não se tratava, porém —contrariamente às tradições das Bibliotecas europeias suas congéneres— de colocar à disposição de sábios, eruditos ou curiosos os tesouros manuscritos e impressos, coleccionados de modo mais ou menos ostentatório, de uma Biblioteca Real *tornada pública*.

#### *As bibliotecas portuguesas até meados do século XVIII*

De facto, a tradição real dos livros «adjuntados no Paço» que remontava a D. Alfonso V (1432-1481) e onde estariam reunidos talvez, até os livros de uso e composição dos primeiros monarcas da Dinastia de Avis —D. João I e D. Duarte— esbatera-se completamente em vicissitudes catastróficas.

A Biblioteca Real que até ao séc. XVII atingira já proporções consideráveis, aumentara para níveis magnânicos e exuberantes com D. João V (1689-1750), que construiu bibliotecas à medida do impacto que imprimia a todos os seus actos, na construção espectacular do Absolutismo real triunfante.

Á capital chegavam os livros em avalanches, remetidos de todos os cantos da Europa: o Magnânimo distribuía-os prodigamente e, ao mes-

mo tempo, elevava a Biblioteca Real do Palácio da Ribeira a grandeza que o mesmo não podia comportar nem exhibir. Para a ordenar e estabelecer os seus catálogos, chamou os mais doutos e experientes Académicos.

As livrarias conventuais, como a recentemente instituída dos Oratorianos nas Necessidades ou a dos Clérigos Regulares da Divina Providência —verdadeiro alfofre de Académicos da História Portuguesa—, recebiam igualmente os favores directos e as visitas do Rei interessadas e atentas. Também elas constituíam riqueza literária digna da Corte, que muito honravam, «ornato» dela que não podia perder-se.

Outras ainda funcionavam indissociavelmente unidas aos centros de ensino mais prestigiados do País —universitários ou não—, à sombra das Ordens Religiosas que os animavam, como no caso das livrarias dos colégios da Companhia de Jesus, da Ordem dos Pregadores, etc.

Mas, apenas começado o reinado de D. José, o terramoto de Novembro de 1755 arruinou Lisboa. Como um símbolo de todo um Reino que derrocava, para dar lugar aos novos rumos sociais, económicos e culturais que adviriam a breve trecho.

Reconstruir e refazer, desde as origens; levantar os edifícios —da capital e do Estado— sobre a plataforma dos destroços, poderiam sintetizar as «palavras de ordem» do vulto emergente da catástrofe, o Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal. O despotismo esclarecido construiu a «Lisboa das Luzes» na expressão feliz de J.-A. França —os novos edifícios e as novas instituições, incluídas as de carácter cultural mais evidente: Universidade, centros de ensino e bibliotecas.

#### *A herança directa da Biblioteca da Real Mesa Censória*

Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas ao propor a D. José a criação, cerca de 1771, no âmbito da Real Mesa Censória, de uma *Biblioteca Pública* dimensionada à medida das melhores europeias, contava, positivamente, com o vasto núcleo inicial de muitas livrarias dos colégios da Companhia de Jesus (extinta em 1759), mandadas conduzir a Lisboa, com o regozijo de recuperar um amplo território da «memória bibliográfica» do Reino salvo do terramoto, que poderia e deveria, pela esclarecida orientação da Mesa Censória, reverter a favor da nova orientação das Reformas de estudos.

Desse ponto de partida orgânico, deveriam continuar a florescer os novos ramos das preocupações e saberes do Século, pela sucessiva agregação das novidades editoriais a adquirir com verbas do «Subsídio Literário» a esse fim destinadas.



*Biblioteca Nacional de Portugal.*

O favor Real Josefino tudo isso aprovou com fartas rendas próprias; tal como lhe destinou —por Decreto de 2 de Outubro de 1775— as amplas instalações da ala ocidental do Terreiro do Paço em vias de construção. Pela mão do Marquês de Pombal passaram, sucessivamente, as soluções dos problemas concretos quer dessa edificação magnânima, quer da minúcia das verbas a aplicar na Biblioteca, por compras de obras no mercado livreiro ou na oportunidade única do grande leilão da época —o da livraria de D. José Pessanha.

Nas décadas seguintes, porém, as circunstâncias políticas e culturais não foram propícias à continuidade de tais projectos.

## II. FUNDAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA REAL BIBLIOTECA PÚBLICA DA CORTE (1796-1816)

A experiência do famoso Lente e Desembargador António Ribeiro dos Santos, cerca de 20 anos à frente da Biblioteca da Universidade de Coimbra, depois da reforma desta, viria a ser preciosa para enfrentar o ciclópico trabalho que se lhe confiou nos finais de 1794: o de preparar a criação e abertura da *Real Biblioteca Pública da Corte* que se anunciava, com base na que tinha pertencido à Mesa Censória. Tarefa relativamente fácil se aquela Livraria existisse como tal.

O panorama que lhe foi dado apreciar, foi bem diferente. Em vez de uma Livraria, até há pouco aos cuidados da Real Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros, encontrou amontoados de livros, não classificados, a desfazer-se em grande parte, provenientes dos Colégios dos Jesuítas à mistura com alguns novos, comprados nos tempos da Mesa Censória, extinta em 1787.

O seu relatório «Conta» (Janeiro 1795) é um diagnóstico frio, quase impiedoso, de um conjunto de situações e actuações que conduzira à ruína daquela *fazenda* preciosa. Mas é também um programa de emergência para acudir a maiores perdas —quantitativas e qualitativas. Daquela confusão emergia a certeza da existência de algum livros raros, preciosos, únicos mesmo; e também a convicção de que, daquela massa informe, de todas as classes do saber, seria possível extrair o catálogo metódico capaz de radiografar o organismo nuclear da Biblioteca *possível*, a fundar, com os meios imprescindíveis.

O bibliógrafo eminente tinha bem desenhada a Biblioteca que queria fazer, que achava digna de tornar-se a *Real Biblioteca Pública*. O seu discurso projecta-se na (futura) grandeza da Instituição, mesmo quando atento às minudências práticas do trabalho a realizar, sem delongas. E contrapõe-se, desde logo, com um discurso do Poder que, aprovando, certa-

mente, os objectivos finais, ignora ou subestima os meios para atingi-los.

Vejam-se a título de exemplo, duas situações esclarecedoras.

No referente à contratação do pessoal, Ribeiro dos Santos preocupá-se com o perfil profissional de quem pode empreender os trabalhos da arrumação material e da catalogação das espécies, dos seus auxiliares na organização da Biblioteca, como instituição dinâmica, com projectos e objectivos que, aliás, incansavelmente voltará a reiterar. Porém, logo a Portaria de nomeação dos colaboradores sugeridos será feita com a *restrição* de que, «acabada a arrumação», se dispensem os excedentários, numa perspectiva redutoramente estática.

De modo perfeitamente similar, irá travar-se, ao longo dos anos, a sua luta para conseguir «rendas» próprias para a gestão corrente da Biblioteca. Acaba por lograr algumas verbas para a compra de publicações periódicas e certa actualização dos saberes, mas as despesas do dia-a-dia (desde a compra de tinta e penas, à limpeza dos livros, das «mãos de papel» para os catálogos, às despesas com o transporte dos livros...) vão-se fazendo por conta de uma verba, dada de uma vez, sem horizonte de repetição.

O *Alvará* fundacional, de 29 de Fevereiro de 1796, na sua extensa articulação doutrinal e nas suas vertentes mais pragmáticas, consagrará princípios muito caros ao primeiro Bibliotecário-Mor. E na vivência das primeiras décadas da Biblioteca ficou esculpido a seu modo pessoalíssimo de levá-los à prática.

Em primeiro lugar, a afirmação e preservação da dignidade do Serviço Público nascente, apenas e só subordinado ao poder real, através do seu braço mais directo —o Mordomo-Mor (à época também Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda), que se tornava Inspector Geral do estabelecimento.

Em seguida porque, nesse território *sui generis*, o Bibliotecário-Mor era investido em funções (quase) directamente herdeiras do Guarda-Jóias dessa parte da Fazenda chamada Real Biblioteca da Corte, mas *Pública*. O mesmo é dizer que ela se erguia, logo à partida, como autónoma e inteiramente independente daquela outra Livraria Real que, no Palácio da Ajuda, renascia das cinzas, entre doações e algumas compras, com pessoal privativo e a caminho de obter Estatuto próprio.

Finalmente, viria a consagrarse-se uma nota particularmente distintiva destes Estabelecimentos: a do papel que assumia a *Biblioteca Pública*, como lugar privilegiado da ostentação erudita da realeza, nos finais do nosso Antigo Regime. Vejam-se, nesse contexto, os casos exemplares da compra magnânima do Monetário Fontenelle ou ainda da Colecção Bodoní, directamente agenciada pelo Inspector-Geral.

Tratou-se, afinal, de realizar, paulatinamente, a «Real consideração»

fundacional de promover eficazmente os progressos da Literatura Portuguesa, reunindo numa Livraria Pública os livros mais preciosos e raros, os monumentos das Artes e das Ciências que constituíssem um « riquíssimo depósito não só de todos os conhecimentos humanos, mas também dos meios mais próprios para conduzir os homens (...) a virtuosa sabedoria que constitue a felicidade e tranquilidade publica dos Estados (...) ».

Ficam-nos como ideias-força desta primeira época, que a Biblioteca Pública soube o que *queria* ser, mas viveu na tensão do que teve que ser. Ora, este *ter que ser* traduziu-se, essencialmente, pelo imperativo de gerir pesadas heranças, mais do que crescer à sua maneira, com as luzes do século e/ou esclarecimento dos seus mentores.

A *herança* da Biblioteca da Real Mesa Censória foi uma pesada carga, só muito lentamente assimilada e tornada operacional: conhecida, metodicamente arrumada, feita acessível e, efectivamente, utilizada por aqueles que dela foram necessitando. Mas a carga veio tornar-se, enfim, grande tesouro da Biblioteca, porque lhe deu os meios necessários para ser utilizável e porque revelou os *tesouros*, restritamente considerados, que encerrava, quer em impressor raros —exemplares escolhidos dos primeiros séculos da tipografia—, quer em manuscritos, mais tardiamente avaliados na sua originalidade e importância.

Neste contexto, mais brilharam as escolhidas doações que a enriqueceram, logo nos primeiros anos, provenientes de livrarias famosas ou colleccionadores ímpares, como foram os Clérigos Regulares da Divina Providência (Teatinos) e Frei Manuel do Cenáculo. As amplas e sucessivas doações deste ilustre Prelado marcaram posição de destaque nos acervos da Instituição, coroando a obra que iniciara aquando da fundação da Biblioteca Pública no âmbito da Real Mesa Censória.

#### *As grandes doações e aquisições fundacionais*

Entre as Bibliotecas de Lisboa, minimizadas, embora, na sua maior parte, pelo Teatino D. Thomaz Caetano de Bem, quanto às suas qualidades intrínsecas, distinguir-se-ia pela erudita e orientada selecção dos seus fundos, a do seu próprio Convento em parte salva por ele do terramoto.

Depois, grandemente sob os seus cuidados, sobreviveria, vindo, finalmente, a transformar-se numa das mais notáveis doações fundacionais da Real Biblioteca Pública da Corte.

As *marcas de origem* impressas nessa Biblioteca da Casa de Nossa Senhora da Divina Providência viriam a perdurar na memória dos vindouros. Compendiavam-se nelas as mais apuradas escolhas dos Padres ilustres que a fundaram e enriqueceram, com especial destaque para os ini-

ciadores da Real Academia da Historia Portuguesa como D. Manuel Caetano de Sousa, D. Rafael Bluteau, e, depois, os seus continuadores, na Casa e na Academia, D. António Caetano de Sousa, D. Tomaz Caetano de Bem.

O Padre Manuel Caetano de Sousa, tendo viajado em Itália, entre os anos de 1709 e 1711, trouxera experiências e contactos enriquecedores com as melhores Bibliotecas, Bibliotecários e sábios daqueles reinos.

No regresso esperavam-no novas tarefas —dentro e fora da Ordem— a que deixaria, para sempre, ligado o seu nome: bastem os trabalhos de fundação e desenvolvimento da Academia da História para testemunhar, a amplitude da sua acção. E, com os trabalhos, as recompensas generosas do Magânimo Rei, D. João V, que ele applicaria grandemente nas acolhidas e abundantíssimas compras de livros —para seu uso pessoal e para a grande Biblioteca da Casa.

Ora, todo o grande espólio colectivo dos Teatinos e o particular das suas figuras cimeiras veio a reverter —em doações sucessivas— a favor da Real Biblioteca Publica: os impressos, os manuscritos, a colecção numismática de Caetano de Bem. E ainda, singularmente, por esta *via indirecta*, os estudos (incompletos ou acabados) a documentação que pertenceram ou se destinaram aos trabalhos da Academia Real da História, desaparecida, como tal, por volta dos anos 1735-36.

Pelo conjunto e riqueza destes núcleos a Biblioteca Pública enriqueceu o seu acervo inicial, configurando uma *memória bibliográfica* mais vasta e orgânica que a antecede quase um século.

Alguns dos «tesouros» que, hoje, a Biblioteca Nacional pode exhibir, têm o timbre, directo ou indirecto, destas proveniências. Não emergiram, por acaso, de grandes massas documentais ou de heteróclitas acumulações bibliográficas. Foram fruto das apuradas pesquisas e do mais puro calor bibliófilo desses qualificados colecionadores setecentistas. Estas eram, aliás, as *heranças* que os Bibliotecários-Mores mais apeteciam, substituindo as poucas possibilidades Reais de sair prontamente ao encontro do comércio de ocasião, onde circulavam as obras mais raras, e os leilões, cujos catálogos atravessavam a curiosidade erudita da Europa, movimentando somas extravagantes/espectaculares.

Na verdade, se era função prioritária dos correspondentes, alertar para essas «ocasiões fugidias» —no dizer de Ribeiro dos Santos—, era à Fazenda que pertencia, atempadamente, dar a última palavra. Isso aconteceu com a aquisição da «jóia das jóias» da Biblioteca: a *Bíblia* hebraica de Cervera, do século XIII, exemplar único no mundo; pela antiguidade do texto e pela riqueza das suas iluminuras, anunciada para venda na Haia e comunicada pelo Secretário da Embaixada, Francisco Maria de Brito. À rapidez da proposta de Ribeiro dos Santos, correspondeu a excelência e prontidão do Mecenato Real.

O ciclo fundacional encerra-se, praticamente, com Ribeiro dos Santos. Foram, afinal, vinte anos de *construção interna*, intelectual e material, da *Biblioteca Pública* incluindo a sua radicação em Lisboa, mesmo quando se opera a translação da Corte para o Brasil. Ou, mais adiante, quando sob a pressão das Invasões francesas, se encaixotaram, para esse destino, os maiores tesouros bibliográficos e o Monetário... que não chegaram a partir.

### III. A DIFÍCIL CONTINUIDADE (1816-34)

Nomeado para suceder ao primeiro Bibliotecário-Mor, Mons. Joaquim José Ferreira Gordo —Prelado da Patriarcal, Doutor em leis pela Universidade de Coimbra e sócio da Academia das Ciências— dirige a Instituição no conturbado período de 1816 a 1834. Com a tempestade oscilante dos alvares do liberalismo aos finais da Guerra Civil a reflectir-se na Biblioteca, tem um mandato obviamente difícil.

Correspondeu-lhe por em prática os decretados alargamentos do horário da Biblioteca, com dificuldades de pessoal evidentes, num quadro que viu, superiormente, aumentado e restringido. Tal como competiu à Biblioteca fazer executar as sucessivas e louváveis disposições sobre o Depósito Legal decretadas entre 1821 e 1825.

Recebeu em depósito o espólio da Inquisição de Évora, Coimbra, Lisboa, cujo destino ficou indeterminado durante anos, com riscos materiais evidentes das próprias instalações. Processo equivalente teve lugar com a recepção, inventariação e depósito das Livrarias sequestradas aos Miguelistas.

Estes são alguns traços da «administração corrente» desta época, a que deve apenas acrescentar-se a gestão de dificuldade maior, de ordem político-cultural.

De facto, o transporte para o Brasil da Livraria Real largos meses depois da ida da Corte, em diversas fases, de modo quase catastrófico —soldou-se com a abertura, no continente Americano, dessa Biblioteca Real tornada pública, no Rio de Janeiro em 1809. No regresso a Portugal, D. João VI trouxe apenas os «Manuscritos da Coroa», tendo doado ao Brasil a Biblioteca Real.

Em Lisboa, com o definitivo assentamento da Corte Portuguesa, surgiu, obviamente, a ideia de «restaurar a antiga *Real Biblioteca do Palácio de Nossa Senhora de Ajuda* com o maior número de livros» que fosse possível coligir.

Procedeu-se da forma mais rápida e exequível que podia imaginar-se, ou seja, literalmente, *à custa* da Real Biblioteca Pública. Pelo menos as intenções superiores apontaram nesse sentido.

Mediante uma série de Avisos, concatenados, a partir de Nov<sup>o</sup> de 1825, ordenou-se que a Biblioteca remetesse para a Ajuda um exemplar das obras duplicadas; deslocou-se, para aquele serviço, um oficial da Biblioteca e, mais adiante, argumenta-se que, achando-se a Real Biblioteca Pública «assaz enriquecida de muitas obras, não precisava de applicar para a compra de livros toda a consignaço que recebia do Real Erario, a qual em taes circumstancias, podia dividir-se em partes iguaes, destinando-se uma delas para o augmento da Real Bibliotheca do Palácio de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Ajuda».

O modo como a Biblioteca Pública reagiu, poderá presumir-se, pelo duro Aviso que lhe é dirigido, sete meses depois, em Setembro de 1826. Pela mão de Francisco M. Trigoso de Aragão Morato pedem-se explicações «sobre a falta de exacção que se encontrou entre os livros remetidos e as relações respectivas»: relacionando livros não enviados e cometendo «o outro notavel descuido de remeter os livros duplicados, e triplicados (...) e outros muito volumozos, que não vem relacionados». Ordens terminantes exigem novas relações e outros livros a remeter, apesar de constar, na Real Biblioteca Publica, o envio de cerca de 30 caixotes!

Perante esta avalanche de cortes nos recursos e no património, com alguma naturalidade, pode entrever-se a confusão, para ganhar tempo, pelo menos. Entretanto, das magras verbas, o bibliófilo Bibliotecário-Mor terá encaminhado boa parte para a preservação e melhoramento das espécies, encomendando abundantes encadernações aos artistas portugueses e aos franceses mais famosos da época —A. N. Pozier, M. Robin, C. Delange.

Significativamente, na tradição do seu antecessor, Ferreira Gordo pensou tornar-se Doador da Instituição, legando-lhe todos os manuscritos próprios. Fez lavrar o seu padrão no *Livro dos Doadores*, a 18 de Out<sup>o</sup> de 1832: «Faço doação a Biblioteca Publica da Corte de todos os Manuscritos que tenho mandado passar para ella, e existirem, quando eu fallecer, nos armarios do gabinete aonde se acha o Cofre. Mas *no caso de ser removido* do lugar de Bibliothecario Mór, que actualmente occupo, antes do meu fallecimento, por se julgar que o não sirvo bem, ou por qualquer outro motivo, *não valerá esta doação*, e poderei reclamar os ditos Manuscritos, como se tal doação não houvesse» (...).

Previsão ou pressentimento? A vitória do liberalismo trouxe «as fatais revindictas políticas» (Raúl Proença) e um decreto de 24 Fev<sup>o</sup> 1834, em nome da D. Maria II, exonera-o «por não convir ao serviço da mesma Augusta Senhora e da Nação que ele continue a exercê-lo».

Os manuscritos —reclamados e restituídos meses depois—depositou-os na Academia das Ciências.

IV. HISTORIAL DO ESPÓLIO DOS CONVENTOS AOS FUNDOS  
DA BN (1834-65)

Coincidindo com o triunfo liberal e consequência dele, inicia-se um longo e decisivo período da história da Biblioteca.

Começará a chamar-se *Nacional* pela nova lei de Dezembro de 1836 e respectivo *Regulamento*, redigido, a modo de Balanço das primeiras décadas de funcionamento, pelo Bibliotecário-Mor Vasco Pinto Balsemão. Mudará também de instalações para, emblematicamente, se redicar num dos muitos edifícios «devolutos» por força da lei de extinção das Ordens Religiosas (masculinas) de Maio de 1834 —num dos mais vastos conventos de Lisboa, ele próprio, outrora, possuidor de importante biblioteca, entretanto arrolada nos bens nacionais.

O Convento de S. Francisco passará, assim, em 1837, a ser partilhado pela recém-criada Academia de Belas Artes, pela Biblioteca Nacional e pelo organismo constituído, por força das circunstâncias, para reunir e administrar as Livrarias e Quadros dos conventos extintos. Para completar a «ocupação» do imóvel também a Administração do Distrito continuaria, provisoriamente, nas dependências onde, aliás, já se instalara.

Quanto à Biblioteca Nacional, enfrentou-se, ao longo das três décadas seguintes, talvez com a maior carga da sua história. De facto, entre 1834 e 1864-5, seis Directores em não menos que oito *mandatos* —marcados pelo vai-e-vem das confianças políticas, por vezes efémeras— terão que receber, gerir e assimilar grandes quantidades de livros provenientes das Livrarias Conventuais extintas.

Essa extensa e complicada vertente do processo mais amplo de desamortização dos bens das Ordens Religiosas, extintas pelo decreto de 30 de Maio de 1834, aguarda o seu historiador. É que a Portaria de 4 de Junho remeteu para artigos específicos a inventariação e arrendação das livrarias e dos objectos preciosos e, a regulamentação posterior, minuciosa e complexa por natureza, veio a revelar-se de aplicação ainda mais difícil e lenta, no meio de evidentes e justificadas suspeitas de descaminhos dos mais diversos géneros.

Por agora, tentaremos anotar apenas alguns dos aspectos mais relevantes, na óptica da Biblioteca Nacional.

Correspondeu à efémera direcção de Joaquim Larcher —entre Fevereiro e Abril de 34— o mandato de recolher na Biblioteca a Livraria do Mosteiro Cisterciense de Alcobaça, uma das mais justamente famosas do país, pelo volume das suas existências e pela antiguidade, raridade e preciosidade dos seus fundos impressos e manuscritos— fruto evidente da secular actividade dos seus tradutores e adaptadores e dos copistas do respectivo *Scriptorium*.

Enquanto *núcleo conventual* quase completo, cobrindo os séculos XIII a XVIII-XIX, constitui um dos grandes Tesouros da Biblioteca Nacional.

Logo nos finais de Março de 1834 vieram de Alcobça —remetidos via Peniche, e apesar das depredações sofridas— algumas dezenas de «caixotes de livros e manuscritos».

Note-se, entretanto, que nesse mesmo mês fora pedido, superiormente, à «Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares» uma relação das Casas Religiosas suprimidas cujas livrarias devessem ser postas à disposição da Biblioteca Pública, para esta designar o edificio onde recebêlas. E, simultaneamente, à chegada daquela remessa fora pedida a relação dos códices e o *Catálogo* da Livraria do Mosteiro de Alcobça.

A sucessão dos acontecimentos seguirá, de perto, a efervescência legislativa —quando se lhe não anticipa, como sugere este caso paradigmático.

O depósito dos Livros, Quadros, etc. é decididamente instalado no convento de S. Francisco, sendo nomeado, para administrá-lo, o Conselheiro António Nunes de Carvalho. E a sua jurisdição, inicialmente só referente aos conventos da Extremadura, vem a ser alargada às demais Províncias do Reino. Porém, à notória complexidade da operação de recolha das Porém, à notória complexidade da operação de recolha das preciosidades, quadros e livros, junta-se a da sua distribuição por instituições de ensino e pelas recém-criadas bibliotecas de todo o âmbito e género.

Ao princípio legislativo básico, extremamente simples, de «dotar a Biblioteca Pública dos livros que não possuisse» e distribuir pelas outras instituições «os duplicados de que não necessitasse», não parece terem-se juntado os meios de execução adequados, havida conta das dezenas de milhares de livros e objectos em questão e da falta de pessoal do Depósito. Daqui, possivelmente, o terem surgido soluções, legalmente decretadas, mas na prática intermédias, de compromisso-mútuo, entre o Depósito e os Administradores Distritais: Primeiro, foram as disposições relativas à formação de inventários das livrarias de cada jurisdição (para deles «se escolherem» os livros e pinturas e recolher); depois, a formação dos Depósitos distritais e, pouco adiante, com a escolha dos edificios mais adequados, a prevista instalação das Bibliotecas Distritais «criadas», sempre com os *livros duplicados*.

Não é difícil fazer o balanço de tantas medidas desta natureza.

No mesmo clima, vem a ser instalada a «Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos», sob a Presidência do Conde da Taipa, três anos depois (em 1837), incluindo entre os seus membros o director anterior e, também, o Bibliotecário-Mor da Biblioteca Nacional, Vasco Pinto Balsemão.

Dos diferentes critérios organizativos e estratégicos da Comissão, darão fé epidódios sem conta, desde a demissão de A. Nunes de Carvalho, à sua ida para o Arquivo da Torre do Tombo, a sua insistência em derivar para ele certas preciosidades, como a *Bíblia* do Mosteiro dos Jerónimos, que tinha «ido parar», com toda a Biblioteca, à Casa Pia, etc.

Entretanto, para o Depósito, chamado *geral* —no dizer de J. F. Castilho— só terão ido as Livrarias e os Quadros de alguns dos Conventos da Extremadura; «estravios e desbarates» também não terão faltado, em diversas instâncias. E, o resultado final, salda-se com a letra da lei de Novº de 1841, que extingue a Comissão, atribui as suas funções ao Bibliotecário-Mor e confia a administração do Depósito à Biblioteca Nacional, a partir de 31 de Dezembro, sem verbas suplementares, nem empregados próprios...

O balanço da situação espelha-se bem no *Inventário* final, quase patético, «desenhado» por mão anónima, que mais não pode que arrolar os livros por línguas e formatos e, distribuir, quantitativamente, os «Livros Litúrgicos», «grandes de coro» e as «brochuras e folhetos de diferentes formatos», truncados e quase todos em mau estado. No total: cerca de 176.700 volumes, além dos «outros» 6.800; ou seja *mais de 183 mil espécies!*

Vasco Pinto Balsemão averba, no final da sua gerência (1834-43), um incremento de cerca de 22.000 volumes impressos. Correspondeu-lhe receber, da primeira vez, 3 mil volumes do Depósito, ainda na época de Nunes de Carvalho; coube-lhe receber parte do espólio de Alcobaça. Mas pode, também, fazer algumas compras importantes de livros recentes e, ainda, outras qualificadas, que têm a honra de incluir-se entre os Tesouros de qualquer Biblioteca do mundo. Foi o caso, da assinatura, em fascículos, da que viria a ser considerada a obra-prima da litografia Oitocentista: a monumental edição *The Birds of America* devida a John Audubon, impressa em Londres nesses anos (1827-38).

No terreno dos manuscritos portugueses, entre outros de valis, consegue o *Cancioneiro* de Luiz Franco Corrêa, «companheiro e amigo de Camões», começado na Índia pelos anos de 1557, de origem ainda obscura.

A nova regulamentação da Biblioteca, que se lhe deve, não veio alterar profundamente a estruturação fundacional de Ribeiro dos Santos, compendiada no *Alvará* de 1796 e no *Estatuto* do ponto que fez aprovar, logo a seguir, pelo Inspector Geral da Biblioteca, D. Tomaz de Lima Telles da Silva, Marquês de Ponte de Lima. Os documentos citados completaram-se, na prática, pelas «Regras interinas» que adoptou, esclarecendo e plasmando o seu espírito organizativo, rigoroso mas humanizado, no referente ao pessoal da Instituição. Balsemão, cumprindo, embora, a or-

dem de preparar o *Regimento* e a nova lei, apoia-se, sistematicamente, na experiência daquelas primeiras décadas do funcionamento da Biblioteca, utilizando como fontes explícitas essas regras transitórias, ditadas pelo muito saber e exigência do primeiro Bibliotecário-Mor.

De facto, Ribeiro dos Santos terminara, na Real Biblioteca Pública da Corte, o imenso programa de institucionalização formal e adequação pragmática que iniciara na Biblioteca da Universidade de Coimbra, a partir de 1777, quando tivera também a seu cargo abrir ao público —e por verdadeiramente em funcionamento— aquela instituição nuclear da Reforma de Estudos.

Com marca indelével, o douto Lente e Desembargador gizara a organização da Real Biblioteca Pública, «distribuindo as salas» do edifício de que dispunha, no Terreiro do Paço, pelos múltiplos «saberes» em que se desdobrava o seu espírito humanista, atento às novas emergências de ramos e sub-ramos disciplinares, muito para além das «Faculdades» —base, tecendo as árvores do conhecimento, insaciável e sem fronteiras, que o animava.

Por isso, ainda nos anos 20 deste século, outro insigne Bibliotecário —Raúl Proença— anotando, mais uma vez, a falta de adequação das instalações de S. Francisco, realçava a dificuldade de gerações em adaptá-la às crescentes necessidades de modernização bibliográfica, com o sugestivo apontamento de que os «saberes» ainda se identificavam com as «salas», como se a Biblioteca não tivesse saído do Terreiro do Paço...

Nos seus dois mandatos —interrompidos por uma meteórica passagem de A. Oliveira Marreca— José Feliciano de Castilho, entre 1843 e 47, teve oportunidade de apontar as grandes linhas de acção para tornar operacional a Biblioteca que herdou *submersa* pela administração forçada do Depósito dos Conventos e os trabalhos conexos, sem quaisquer meios humanos e financeiros específicos.

Homem de projectos e de acção, sem dúvida. Acabava de inventariar, em notável Relatório, os problemas que se levantavam ao Arquivo da Torre do Tombo pelas funções de direcção que lhe eram cometidas e, logo a seguir, no espaço de dois meses, é deslocado para a Biblioteca Nacional onde o aguardavam idênticas tarefas.

O grande impulso para a organização daquele Depósito ficouse-lhe a dever, executando, em curtíssimo prazo de tempo, o mínimo indispensável para salvar os quadros ali guardados, em vias de ruína total. Outro tanto aconteceu com os livros depositados e mal organizados. Transitaram para a Biblioteca alguns exemplares raros que esta não possuía e completaram-se obras incompletas; distribuíram-se pelas instituições os livros que pediam, etc.

O seu extenso *Relatório*, logo em 1844, com os seus três importantes

volumes de *Apêndices* mostram bem, não só as dificuldades que se apresentavam, como os passos a dar para resolvê-las: dos pequenos arranjos materiais, até ao plano que promete apresentar, a breve trecho, para instalar a Biblioteca em edifício condigno e amplo (era a Igreja de S. Francisco que se lhe afigurava aproveitável!).

Ensaia a reformulação da catalogação, começando pelos catálogos que pretende tornar mais operacionais e facilmente actualizáveis; sobretudo, empenha saudavel e competentemente nas suas tarefas imensas, o pessoal mais qualificado. Desses trabalhos conjuntos saem obras pioneiras na Bibliografia Portuguesa da época —o primeiro *Catálogo de obras do séc. XV*, pela mão do Conservador Francisco Martins de Andrade; os *Catálogos das obras raras, magistrais ou ricas* e o *Catálogo das Biblias*. Forma a Sala das Biblias, onde reúne as melhores edições já existentes na Biblioteca, enriquecidas com as que pode ir apurando do Depósito, «onde todavia cheragam mui poucas das raras ou de conhecido valor, em comparação com as que se sabia possuírem alguns dos conventos, cujas livrarias vieram para este depósito» —afirma— com a convicção de que, se isso tivesse sucedido, poderia a Biblioteca possuir uma das melhores colecções da Europa. Apesar disso, reúne na referida sala cerca de mil edições em 1.496 volumes, uma colecção «preciosa em edições antigas, raras e monumentais».

Outro *Apêndice* do *Relatório* será dedicado às «obras raras, magistrais ou ricas» destacando-se, em secções próprias, a preciosa colecção Bodoniana, tesouro fundacional da Biblioteca, comprado directamente a Francisco Vieira, que colecionara em Itália a maior parte das edições de G. B. Bodoni e forma oferecida pelo Príncipe Regente (1804); e a Colecção Elzeviriana, possivelmente constituída nesta época, reunindo muitas das magníficas edições da «dinastia» dos impressores Elzevier que, hoje ainda, constitui, no seu conjunto, outra preciosidade da Casa.

A mostra destes fundos bibliográficos, com o projecto de, a curto prazo, começar a publicar os Catálogos gerais da Biblioteca —ideia que, apontada desde A. Ribeiro dos Santos, não veio a concretizar-se— teve, como corolário, outro tipo de divulgação. Tratava-se de abrir Cursos Públicos (e gratuitos) de Numismática, com o duplo fim de dar a conhecer esse sector importante e rico da Biblioteca, e de vir a preparar as pessoas que quisessem dedicar-se a trabalhar em secções afins de estabelecimentos do género. Assim, foi encarregado das respectivas aulas teóricas e práticas (com base nos fundos da Instituição) o Conservador de Manuscritos e Antiguidades, F. Martins de Andrade. Anos mais tarde, em 1855, veio a ser criada a cadeira de Numismática, com objectivos semelhantes.

Noutro campo ainda, J. F. Castilho empreendeu uma persistente acção que teve resultados imediatos, quantitativamente assinaláveis: o re-

forço da acção no controlo do Depósito Legal, agenciando os meios necessários para exigi-lo a todos os impressores, com a ajuda das autoridades competentes. O número de obras obtidas quadruplicou num só ano.

Coube ao Director da Biblioteca José Canaes de Figueiredo Castelo Branco, cuja actividade na Casa costuma ser pouco assinalada, escrever uns *Estudos biographicos, ou notícias das pessoas retratadas no quadros históricos pertencentes à Biblioteca Nacional* (1854) onde mostra ter-se ocupado desse acervo, também ele pesado depósito que continuava, a pesar das transferencias feitas para a Academia de Belas Artes.

No entanto, a Biblioteca desenvolveu uma vertente de crescimento particularmente importante e inesperada, dado o período difícil que atravessava, de aumento quantitativo indefinido pela existência «paralela» do Depósito, ainda sem assimilar: referimo-nos às compras importantes de colecções e bibliotecas particulares.

Tiveram grande relevo as aquisições da colecção de Cipriano Ribeiro Freire e da magnífica livraria de D. Francisco de Melo Manuel (Cabrinha), considerado o maior colecionador da época, que foi adquirida aos seus herdeiros, em 1852, por 25 mil cruzados.

As duas importantes colecções trouxeram à Biblioteca cerca de 15 mil volumes impressos, além de centenas de manuscritos e medalhas. Mas, qualitativamente impressionante, foi a Livraria Cabrinha, cujas colecções de Incunábulo e de livros portugueses do século XVI —para apoiar-nos nos recentes Catálogos impressos desses dois núcleos da Biblioteca que registam muitas marcas de posse dos exemplares— conseguem igualar ou ultrapassar o número dos volumes provenientes dos Colégios dos Jesuítas ou dos Conventos extintos (através da geografia do país, contrariando, em boa parte, a ideia de que só teriam recolhido ao Depósito as obras dos conventos da Extremadura).

De qualquer modo —por mais grosseiras que sejam as estimativas—, desde o «Balanço» de V. Pinto Balsemão (em 1843) até este final de mandato de J. Canaes de Figueiredo Castelo Branco (1857), os fundos impressos da Biblioteca duplicaram largamente, atingindo mais de 147 mil volumes, não incluindo os do depósito (que eram quase outros tantos!). Mas é difícil determinar exactamente quando e porquê se deu tal crescimento.

Corresponderá a J. S. Mendes Leal —pela segunda vez na Direcção da Biblioteca— a «honra» de liquidar o Depósito, com a efectiva colaboração dos conservadores que serviam, rotativamente, de Bibliotecários-Mores Interinos, António da Silva Túlio e Francisco Martins de Andrade.

Assim, o Conselho da Biblioteca nomeia uma comissão, que trabalha de Agosto 1862 a Junho 1864, para finalmente inventariar, catalogar e apreciar tudo quanto *ainda* existia. Consagrados bibliógrafos, redactores de inúmeros catálogos de leilão, Francisco Cassassa e Luiz Carlos Rebello

Trindade, trabalhando exaustivamente aqueles fundos, apresentam —ao cabo de 18 meses efectivos de trabalho em horas extraordinárias— um eloquente «Relatório» do que fizeram, mas também do estado lamentável em que tinham encontrado tão interminável Depósito, após tantos anos de precários trabalhos.

Milhares de livros mal catalogados —segundo critérios divergentes—, tornados ora «truncados», ora de autores diversos as obras completas do mesmo autor, disperso por diversos apelidos; em estado de grande deterioração, volumes sucessivamente aniquilados pela humidade e pela traça, constantemente solicitados para toda a sorte de bibliotecas e instituições.

Todo um património «circulante», finalmente reduzido ao aproveitável, a diferentes níveis, teve os destinos pertinentes. O Depósito veio a saldar-se por um notável *crescimento a prazo* da mesma Biblioteca que, durante 20 anos, o suportara como pesado fardo. E, isto, por duas vias.

Em primeiro lugar, por *virtude própria*, pela quantidade e qualidade dos fundos que forneceu à primeira Biblioteca do país; pelos Tesouros individuais que depurou e pela «memória bibliográfica» da Nação, que em boa parte reconstituiu.

Em segundo lugar, por força dos *lucros gerados* com as vendas, em grandes lotes, em leilões selectivos —de livros espanhóis e, especialmente, latinos— que permitiram pagar to ida a gigantesca operação global da catalogação e do leilão. Lucros que, eficazmente, foram em parte investidos na compra de *livros novos* de que a instituição tanto carecia.

Finalmente, foi possível ainda arrumar a casa, vendendo-se «a peso» os remanescentes «volumes completamente inutilizados pela traça e, pela agoa», além de capas de pergaminho, num total de 25.000, nesta fase (1862-4).

Assim, dos 134.250 volumes contabilizados quando a Comissão iniciou os seus trabalhos (incluindo 22 mil volumes de «obras incompletas»), foram distribuídos por diversas entidades mais de 2 mil. O resultado final saldava-se em mais de 77 mil que ficavam no Depósito, mas devidamente catalogados, por línguas e formatos; obras completas e incompletas; e, ainda, as 19 mil obras latinas incluídas no Catálogo impresso do leilão que teria lugar.

Anunciado internacionalmente, no momento oportuno em que este tipo de obras tinha especial procura — segundo J. S. Mendes Leal afirmara no seu Relatório (1858-9)—foi o grande lote do *Catálogo* arrematado, em 1865, na quase totalidade por Rey & Belhate, sociedade de livreiros de origem francesa, com antigas raízes em Portugal e, então, a operar em Paris, com quem a Biblioteca mantinha relações comerciais havia muito tempo.

O esquema imparável prosseguirá depois do Leilão: obras vendidas

em lotes, mais de 40 mil; a peso quase 17 mil; distribuidas cerca de 4 mil, trocadas por outras que a Biblioteca não tinha 2 mil.

Pese, embora, as oscilações de critério de inventariação e catalogação registradas ao longo dos anos, podemos, *grosso modo*, dizer que, sas 183 mil obras recebidas em 1841, à Biblioteca restavam, em depósito, em 1865, apenas 13 mil!

Difícil avaliar «os ganhos», perceber «as perdas», sobretudo quando estas se devem aos habituais factores «corrosivos» do património. Fique, porém, o saldo quantitativo que as elementares estatísticas foram paulatinamente registando, nos sucessivos mandatos das direcções da Biblioteca.

A mesma equipa de Conservadores, que efectivamente a dirigiram durante o longo mandato de Mendes Leal —ocupado em múltiplas funções oficiais— corresponderam as tentativas de reorganizações da Casa em 1863 e em 1884.

Pela lei de 1863, alargou-se o horário de funcionamento, reduziu-se o quadro, criou-se o lugar de secretário; manteve-se o conselho literário e administrativo, alternando-se, anualmente, os conservadores na substituição do Bibliotecário-Mor.

Orgânicamente dividiu-se a Biblioteca em três repartições —Ciências e Artes, História e Literatura, Manuscritos e Numismática. Por outro lado, preconizava-se uma nova classificação bibliográfica e a incorporação, nas secções citadas, de todas as obras do Depósito que a Biblioteca não tivesse. Lembremos que, uma Portaria de 1861, ordenara a distribuição dos duplicados pelas Bibliotecas do Reino, que deveriam pedi-los, por lista; e permitia à Biblioteca trocar os restantes por outros que não possuísse. Tudo isso foi feito com os resultados finais que citámos.

No entanto, a nova classificação bibliográfica poucas alterações introduziu, criando-se apenas as secções de Belas Artes e Numismática. Mas, a nova Reforma, em 84, repôs a divisão em duas secções e reduziu os quadros do pessoal.

#### V. A VIRAGEM DOS FINAIS DO SÉC. XIX. INVENTÁRIOS E EXPOCICÕES (1880-90)

Será António José Enes, nomeado director por morte de Mendes Leal, em Setº de 1886, a trazer modificações substanciais à organização da Biblioteca, assistindo-se, sob seu influxo, à criação da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos Publicos, logo no ano seguinte. A integração da Biblioteca Nacional nessa rede de serviços trouxe novas perspectivas a um trabalho de fundo, de organização e articulação das diversas instituições; pre-

conizava-se a constituição de um *catálogo colectivo*, segundo regras de catalogação uniformemente preceituadas, obrigava-se a constituição de diversos tipos de catálogos; organizava-se o empréstimo entre as bibliotecas e arquivos, etc.

A Inspeção —integrada por um inspector da Biblioteca Nacional e outro da Torre do Tombo— competiria organizar, imprimir e distribuir o *Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas*; instaurava-se formação técnica dos bibliotecários e arquivistas. Desaparecia a designação de Bibliotecário-Mor, passando os Conservadores a aservir como Directores, em comissão.

Assim, desta Direcção de 1 ano sairá o quadro da nova orgânica bibliotecas-arquivos, passando António Enes a Inspector Geral; sendo chamados Rebello Trindade para Inspector das Bibliotecas e Gabriel Pereira para Director da Biblioteca.

Apesar de algumas variações nas denominações —tendo voltado a existir o cargo de Bibliotecário-Mor o de Inspector Geral— Gabriel Pereira manter-se-á na Direcção da Biblioteca entre 1887 e 1902.

Notável na pesquisa histórica, erudito e trabalhador infatigável, «a sua memória era um guia perfeito das riquezas bibliográficas» da Casa, dirá Raúl Proença.

A arrumação da Biblioteca —divisão das secções em séries de formatos e numeração progressiva—, iniciada na época de António Enes, virá a dar os seus resultados, conseguindo iniciar-se a publicação —paulatina, embora— dos *Inventários* gerais das Secções, num esforço conjunto dos mais qualificados e «produtivos» conservadores da Biblioteca.

Paralelamente, correrão os trabalhos, breves mas eruditos de Gabriel Pereira e outros, dando a conhecer o melhor e mais original dos fundos da Biblioteca: veem a imprensa os estudos sobre os Alcobacenses, os códigos Iluminados, os retratos, e telas, as medalhas.

A perspectiva das Aulas públicas alarga-se, na Numismática, com J. Leite de Vasconcelos, já escritor polifacético de «antigualhas» etnográficas, linguística, numismática...; com o infatigável José António Moniz, transmitindo nas Aulas de Bibliologia muito do saber que deixou plasmado nos inúmeros *Catálogos* que a Biblioteca lhe deve; o de manuscritos (antigo Fundo Geral); o da colecção Pombalina, recém-adquirida; o índice da Camoneana, a ampliação e remodelação do Catálogo de Reservas; os Inventários de Literatura, História e Geografia.

Por outro lado, a Biblioteca abre caminho, ao encontro com o estudioso e o leitor, na dinâmica das primeiras Exposições Bibliográficas que promove, em torno de figuras da cultura Portuguesa e universal ou de temas marcantes da Historiografia. Assim se desenrolam as Exposições Antoniana (1895) e do Pe. António Vieira; a Cervantina, a Petrarquiãna; as de Oceanografia e da Guerra Peninsular; a de Garret, etc.

Desta actividade diversificada vão emergir, ainda, em diferentes instâncias, produtos próprios e lugares de encontro de trabalhos e investigações bibliográficas e biblioteconómicas: o «Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionaes» (que virá a derivar, mais tarde, nos «Anais das Bibliotecas e Arquivos»), órgão da Inspeção e, a nível associativo, o «Boletim da Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado», agregando figuras cimeiras da bibliofilia e bibliografia, ligadas directamente à Biblioteca —como D. José S. Pessanha, Martinho da Fonseca, Júlio de Castilho, Xavier da Cunha.

Este, presente nessas áreas de saber, impulsionador de Exposições, estudiosos atento de livreiros e impressores, escritor polifacético e bibliófilo erudito, teve uma difícil actuação como Director.

O advento da República liquidará —de modo inglório e (talvez) injusto— o rasto pessimista dos seus minuciosos relatórios trimestrais, da sua limitada capacidade de agir e dirigir.

#### VI. O ADVENTO DA REPUBLICA E A «CRISE DE IDENTIDADE» DA BN (1910-17)

O novo director, nomeado logo em 1911, será Faustino da Fonseca que, no seu radicalismo republicano exacerbado, veio a aplicar mais do que à letra da nova reforma da Biblioteca.

Transforma a sua reserva humanista, essencialmente erudita, em indiscriminadamente acessível, «popularizando-a» nos seus objectivos educacionais, à maneira de «Universidade Popular», local de certo estudo mas, sobretudo, leitura de lazer —jornais incluídos, de forma abundante—, chegando ao ponto de instalar uma Sala de «leitura infantil» (na antiga Sala da Rainha!)

A «confusão» entre Biblioteca Nacional e Biblioteca Pública —mais ainda, Biblioteca Popular— não se estabelecia por ignorância teórica, mas por efectiva mudança de objectivos, instrumentalizando, revolucionariamente, uma instituição despeitadamente vista como produto da Monarquia destronada.

Os resultados obtidos no plano da leitura —a multiplicação de leitores logo nos primeiros meses desta «gestão»— esgrimem-se como a vitória do novo espírito que chegara ao operário, «ao povo», que já não se atemoriza com a vetusta Instituição mas, confiantemente a frequenta, para ler... sobretudo jornais, folhetos, romances. Cumpria-se, enfim, o programa «educativo» que a lei enunciava e o Director-reformador aplicava, com amplísimos poderes e particulares interpretações.

Tão coerente como este objectivo, foi o das Exposições biblio-icongráficas, pedagogicamente montadas para sensibilizar e ensinar ao povo

o significado das Constituições, começando por 1822, nas vésperas de novas eleições; ou o de fazer a «história-imediata» do movimento republicano triunfante, exibindo bibliografia e muitas recordações.

De facto, tratava-se de todo um programa internamente coerente, mas desajustado para o Orgão em questão. Daí que, a par dos aplausos da imprensa de feição, surgissem as vozes de alarme de quem visse o património cultural a degradar-se, em riscos de perder-se, em aras desse projecto apressado de «alfabetização».

Destaque-se a lucidez e o desassombro de Pedro de Azevedo que, como poucos, dentro da problemática, escarpeliza a lei e a sua aplicação. Não poupa ninguém nas suas críticas: nem os «presumíveis autores» daquelas teorizações incríveis que amalgamaram organismos quase incompatíveis; nem os funcionários médios autopromovidos a Inspectores; nem as sobreposições de poderes entre as Inspeções e a Direcção.

Passados os fervores iniciais, Faustino da Fonseca, também dedicado a outros negócios políticos, acaba por desinteressar-se bastante da Biblioteca. E, depois do movimento de Dezembro de 1917, é demitido e destacado para as Bibliotecas Populares e Móveis.

Após esta «crise de identidade» (1910-17), a Biblioteca recuperou, tentando desenhar fisionomia própria, redefinir-se.

As reformas da época de Fidelino de Figueiredo —no seu primeiro mandato (1918-19)— visaram conseguir autonomia administrativa para a instituição; aprovar novo regulamento interno; reorganizar as bibliotecas eruditas e arquivos do Estado.

Tentou, em resumo, apontar o objectivo essencial de salvaguardar a bibliografia portuguesa em curso de publicação, tal como a reserva histórico-cultural, *possível* do País, composta e salvaguardada através das vicissitudes da História nacional.

Mais uma vez, com a queda do Regime —o Sidonismo— a Biblioteca mudou de timoneiro. Mas, no essencial, aquelas propostas, rimo a uma modernidade biblioteconómica, mais acertada pelo que se fazia no estrangeiro, seriam ampliadas a levadas a cabo pela Direcção seguinte.

Mas, depois da proclamação da República viera (lentamente) *nova herança*, algo desmedida, pelo menos inesperada, para o património da Biblioteca. Em vez de compras esporádicas são as Livrarias de Congregações e Conventuais, re-feitas e, de novo, extintas que virão desembocar na Biblioteca Nacional, mesmo com interposta passagem pelos carimbos do «Arquivo das Congregações», para onde tinham sido deslocados alguns funcionários da Biblioteca. Trabalharão no serviço da Inspeção de Bibliotecas Eruditas e Arquivos —dirigida por Júlio Dantas— que será a instituição encarregada de verificar *in loco* aqueles repositórios bibliográficos e dar-lhes cabimento e destino.

Dois grandes espólios virão dos Colégios de Campolide e do Barro da Companhia de Jesus. Outro será o do Convento de St.º António, da Ordem dos Frades Menores, de Varatojo (Torres Novas), de onde virão, além dos livros, estantes, mesas e objectos de valor. Todo este conjunto constituiu um núcleo separado, a «Sala *Varatojo*», mantida por Fidelino de Figueiredo com aquele mobiliário, o retrato de Frei António das Chagas, uma cruz com relicários incrustados, etc. Com a mudança da Biblioteca para as actuais instalações perdeu-se o conjunto das estantes onde reluziram, por décadas, os letreiros indicando as «faculdades» dos livros e uma grande mesa, que fora também da Biblioteca.

Finalmente, de S. Vicente de Fora, onde estava instalado o Patriarcado, além de importantes manuscritos e impressos, vieram os quantiosos e valiosos materiais do Arquivo da Câmara Eclesiástica de Lisboa e parte dos do Porto e Castelo Branco.

Da responsabilidade da mesma Inspeção, serão as aquisições —por compra ou doação— de colecções importantes de livros e manuscritos pertencentes a diversas personalidades da cultura portuguesa, entre os quais se destacam as de Ribeiro Saraiva, diplomata miguelista de grande importância para a história política de primeira metade do século XIX; as de Brito Aranha, Fialho de Almeida, Costa Lobo...

## VII. MODERNIDADE E INTERVENÇÃO. DIMENSIONAMENTO E PROJECCÃO CULTURAL (1919-27)

Jaime Cortesão, com a eficaz e competente colaboração de Raúl Proença (Conservador há alguns anos) que viria a ser nomeado Chefe de Divisão dos Serviços Técnicos, protagonizariam, entre 1919 e 27, uma das épocas mais florescentes da Biblioteca Nacional.

Mais do que grandes modificações legislativas, empreenderam uma profunda estruturação dos Serviços, assumindo a modernização técnica como meio prioritário para projectar a instituição como «verdadeiro instrumento de investigações científicas originais, especialmente históricas, bibliográficas, e biblioteconómicas».

Conseguir levar a Biblioteca a assumir a plenitude dessas funções, contribuindo para um progresso cultural aberto aos valores nacionais, sensível ao mundo circundante, não foi tarefa linear.

Uniram-se-lhes os esforços de alguns competentes técnicos da Casa e, também, de muitos intelectuais dos seus mundos de intervenção social e cultural.

Toda uma plêiade que extravasou, para o *plural*, o chamado «Grupo da Biblioteca» (António Sérgio) —que David Ferreira veio a designar, cer-

teiramente, por *Grupos* da Biblioteca, fazendo emergir uma constelação de iniciativas e realizações.

Ao nível da organização dos serviços brotarão —directamente de Raúl Proença— directivas e, depois, as *Regras de Catalogação*, autêntico marco na Biblioteconomia nacional, perspectivando os trabalhos futuros de colaboração normativa com as Bibliotecas, confrontando-as com idênticas abordagens lá de fora, de que muidamente se informou.

Parece suficiente apontar, entre as grandes realizações bibliográficas e culturais, o esforço de inventariação de núcleos fundamentais, como o dos Códices de Alcobça ou a secção Ultramarina, para além dos estudos, ao longo dos anos, pontualmente publicados nos «Anais das Bibliotecas e Arquivos» pelos conservadores e bibliotecários responsáveis pelos principais sectores.

Uma curta série de «Publicações da Biblioteca Nacional» deu corpo às suas contribuições Biblioteconómicas mais inovadoras. Tratava-se de uma colecção que lhes foi muito cara, na linha da formação biblioteconómica que preconizavam para todos os colegas. Dessa «Biblioteca do Bibliotecário e Arquivista» fez parte a *Bibliografia das Bibliografias Portuguesas* de António J. Anselmo, utilíssima resenha das fontes duma Bibliografia geral Portuguesa, que fez o balanço do que existia e abriu caminho para trabalhos futuros. Coroa, sem dúvida todos estes trabalhos criteriosos e eruditos de António J. Anselmo e Raúl Proença a indispensável *Bibliografias das obras impressas em Portugal no século XVI*. Produto acabado do profundo conhecimento dos fundos da Biblioteca e de outras muitas e da preocupação por divulgá-los da melhor forma, com os estudos pertinentes integradores que permitiram a elaboração de instrumento de referência tão indispensável para a Investigação.

Noutra linha complementar, apresentam-se as edições *facsimiladas* e diplomáticas —como a de *Os Lusíadas* (edição de 1572), o *Marco Polo*, as *Obras de Gil Vicente*— e as publicações anotadas de documentos importantes para a História e a Cultura albergados na Instituição.

No entanto, são bem sabidas as resistências interiores de muitos, dentro da Biblioteca, a seguir o ritmo de produtividade e competência exigidas pela Divisão de Serviços Técnicos!

Da responsabilidade editorial de Raúl Proença sairão ainda os volumes inaugurais do *Guia de Portugal*, publicação que congregou muitos dos intelectuais mais intervenientes dos Grupos, que —não só pela impressão nas Oficinas Tipográficas da BN, que foi outro dos sonhos realizados desta Direcção— deve ligar-se à Biblioteca Nacional, como instituição cultural, radicada no seu tempo e no seu meio, profundamente preocupada com o País mais real.

Ocioso seria, nesta oportunidade, tentar esboçar as trajectórias inte-

lectuais globais de J. Cortesão e Raúl Proença. Têm tido historiadores e ensaístas atentos que, em notável trabalho de aprofundamento do seu influxo, têm projectado as suas figuras e acção político-cultural para o plano que lhes é devido. Muitas dessas iniciativas promoveu-as a Biblioteca Nacional, quer com a Exposição comemorativa de há poucos anos, quer com a publicação de inéditos *de e sobre* cada um deles —no caso de Raúl Proença, tratou-se de material do Espólio, hoje pertença da Instituição.

A modo de balanço da sua actividade na Biblioteca, convém referir ainda os esforços desenvolvidos na dinamização do Depósito Legal e das Trocas Internacionais, a par da crescente *consciência do déficit* bibliográfico do país, falho de meios para dotar a Biblioteca da capacidade de actualizar os seus fundos e espelhar, mesmo remotamente, o desenvolvimento científico, técnico, literário ou filosófico nas primeiras décadas deste século.

Apenas uma cuidadosa atenção ao mercado livreiro de ocasião conseguiu trazer à Biblioteca alguns fundos patrimoniais importantes, como algum cimélio da tipografia portuguesa de que não havia notícia.

Mas, a compra mais excepcional teve lugar em Itália, onde expressamente se deslocou J. Cortesão —por informação de Carolina Michaelis— para adquirir o *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, hoje conhecido como *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* e um dos seus Tesouros mais notáveis.

### VIII. O «TRAUMA» DOS ANOS 30-50

Páginas menos brilhantes aguardavam as décadas seguintes. Fidelino de Figueiredo voltará à Direcção, por poucos meses, sucedendo-lhe no cargo o Coronel Augusto B. da Costa Veiga.

Produzem-se remodelações nos serviços técnicos e na tutela da Biblioteca que, durante algum tempo, dependerá da Direcção Geral do Ensino Superior. Em 1931, novo Decreto-Lei reorganizará Bibliotecas e Arquivos, de modo perdurável: até 1980 a legislação não será adequada às realidades do seu crescimento, amplitude de funções, papel cultural, etc.

Costa Veiga faz a publicação, já preparada anteriormente, do *Inventário dos Códices Alcobacenses*, assim como levará a cabo outras iniciativas ligadas à inventariação de fundos: o *Index das Notas dos tabeliães de Lisboa* (1889-1747); as *Habilitações «de Genere»* da Câmara Eclesiástica, que não teve seguimento, numa perspectiva pouco articulada de fazer uma coleção de «Subsídios para a investigação histórica em Portugal». Algumas bibliografias, como a notável *Bibliografia Vicentina* devida a Luísa Maria de Castro e Azevedo, e os catálogos das exposições realizadas —a Virgiliana, a da Restauração, a Horaciana, a Olissiponense— constituem os marcos mais importantes da produção editorial.

Nos «Anais das Bibliotecas e Arquivos» (inteiramente a cargo da Inspeção) são publicados alguns dos Relatórios do Director e, ainda, nova tentativa de inventariar os Incunábulo.

De maior fôlego foi a publicação do «Boletim de Bibliografia Portuguesa», que se veio a fazer regularmente, a partir de 1935, consagrando-se como útil repositório das publicações feitas no país e entradas na Biblioteca através do Depósito Legal. Nos anos 60 adopta a arrumação pela CDU, continuando a ser indispensável instrumento de referência para as instituições afins e os investigadores.

O episódio mais tristemente marcante desta época, que repercutiu negativamente na Instituição, por efeitos directos e indirectos, foi o dos roubos perpetrados, tal vez ao longo de anos, em alguns dos tesouros mais importantes da Biblioteca —nos Iluminados e nos Alcobacenses. Perdas irreparáveis de iluminuras em pergaminhos seculares, acrescentadas a outros desaparecimentos, nunca esclarecidos, na área da Numismática, traumatizaram profundamente as pessoas e a instituição. Foi o retorno, justificável mas «imperdoável» ao conceito de Biblioteca-reserva, no sentido mais estrito; a «biblioteca-cofre» que avaramente contém mas não exhibe, dificilmente estuda ou deixa estudar. Foi um instalar de regras e precauções contabilísticas do património, inventariais e angustiosas: uma espécie de reverso absoluto da Biblioteca popular de bairro, de Faustino da Fonseca.

O aumento positivo do acervo deu-se, certamente, pela via da oportuna aquisição de bibliografia portuguesa, então abundante e acessível no mercado livreiro de alfarrabistas e promotores de leilões, a boa distância da «euforia bibliófila» dos finais do século XIX.

Tecnicamente, a Biblioteca modernizou-se em duas vertentes fundamentais. Em primeiro lugar, a adopção (tardia) do sistema classificativo conhecido por CDU (Classificação Decimal Universal).

E, pelo lado da Direcção —personificada na pessoa de M. dos Santos estevens—, a preocupação da modernização concentrava-se nos estudos para corporizar a «promessa fundacional», nunca cumprida, de dotar a Biblioteca de instalações próprias, adequada e funcionalmente estudadas.

## IX. OS ÚLTIMOS 20 ANOS

A distância de mais de um século e meio, arquivaram-se definitivamente no passado, todos os múltiplos planos e projectos, desde os sonhos de A. Ribeiro dos Santos de construir um edifício —«à maneira da Biblioteca de S. Marcos de Veneza»— às necessidades imperiosas de alargar ou melhorar os existentes: fosse o Convento de S. Francisco, há mui-

to esgotado nas suas «eminente impróprias condições» (R. Proença), passando pela hipótese de J. F. Castilho de fazer da Igreja de S. Francisco a grande Sala da Biblioteca ou os esboços de instalação em S. Bento, para só indicar alguns.

Os estudos definitivos — em grande parte devidos a Santos Esteves — arrancaram, finalmente, com a vantagem do conhecimento das grandes Bibliotecas Nacionais do estrangeiro e dos seus estrangulamentos, aplicando-se tais saberes à solução minuciosa dos «circuitos» internos do livro, dos leitores, dos funcionários, do depósito legal; dos espaços de apoio à consulta, aos lugares de estudo e distensão; às zonas para as actividades de animação cultural.

Atendia-se, sobremaneira, às necessidades presentes e às do futuro crescimento, prevendo bem em quantos sentidos seria possível estender a emblemática torre dos depósitos, ou a Sala de leitura geral.

O Arquitecto Pardal Monteiro projectou esse grande e sólido edifício — depois de decidida a sua implantação quase na Cidade Universitária —, com a magnitude das maiores obras do Estado Novo.

Exactamente 174 anos depois de D. Maria I prometer instalar a Real Biblioteca Publica em edificio próprio no lugar que já lhe tinha destinado..., é inaugurada a sede definitiva, em abril de 1969.

A estruturação interna da Biblioteca Nacional manteve-se a mesma, acentuando-se mais — após o 25 de Abril de 1974 — a necessidade de levar a cabo profundas modificações que adequassem a Instituição ao seu tempo e às novas realidades.

Em 1978, é nomeada a primeira Comissão de Gestão e de Reestruturação, que prepara um projecto de nova lei para a Biblioteca. No entanto, acaba por vir a ser promulgada uma outra, em Agosto de 80 — a lei orgânica actualmente vigente —, sendo então nomeado Director João Palma Ferreira, que já presidira à segunda Comissão de Gestão.

A «arquitectura» da lei projecta a Biblioteca Nacional para atender às multifacéticas funções de uma grande instituição de Cultura do seu género, no mundo de hoje; consigna-lhe autonomia administrativa e financeira, técnica e científica.

A proximidade da última década, não impede que se assinalem algumas linhas de força das realizações e das modificações operadas, como não pode ocultar que há dificuldades estruturais que não foram ultrapassadas.

O recente arranque da informatização e a instalação da PORBASE — base nacional de dados da produção bibliográfica portuguesa — permitem o rápido acesso a essa informação, dentro e fora da Biblioteca, uma vez que nela intervêm muitas Bibliotecas cooperantes. Projecto arrojado de inovação tecnológica, fruto de enorme esforço conjunto, veio a colocá-la ao nível do que têm feito as Bibliotecas Nacionais estrangeiras.

São bem recentes e, infelizmente únicos, os Catálogos como o dos *In-cunábulo*s ou da *Tipografia Portuguesa do século XVI*, indispensáveis instrumentos de Referência, ferramenta e produto de investigação bibliográfica apurada. Outros trabalhos de sondagem na tipografia nacional e estrangeira —por zonas geográficas— já revelaram raridades nunca descritas e insuspeitadas dimensões de certos núcleos. Constituem outras áreas de trabalhos a levar a cabo, para construir esses pilares do próprio conhecimento interno, que são os *Catálogos Bibliográficos* indispensáveis numa instituição com as responsabilidades e o papel de uma Biblioteca Nacional.

Noutro campo, estreitamente relacionado —o do restauro e preservação das espécies— muito se começou a fazer, mas imenso é o que há de fazer, para prevenir e atacar a destruição silenciosa do Património. Problema estrutural que A. Ribeiro dos Santos, quando tomou conta da Biblioteca, logo apontou como de urgente solução; problema que o tempo foi solucionando das piores maneiras, quando mais não houve a fazer que vender a peso «papel impresso»; mas problema que, hoje, é *quase* solúvel se houver os meios técnicos e humanos necessários. Desafio deste passado mais recente, que se manterá no futuro, porém, com a consciência mais aguda do que representa conservar e transmitir um Património Cultural rico, extenso e frágil.

Reatando uma tradição algo perdida, a Biblioteca acolheu Doações de colecções particulares que, sem constituírem fundos à parte, deram origem a catálogos próprios que perpetuam os actos respectivos e permitem reconstruir a memória colecionista dos seus patrocinadores.

De modo conexo, incentivaram-se os depósitos e compras de Espólios de figuras cimeiras da nossa cultura, nomeadamente no campo da Literatura, iniciando-se a formação do «Arquivo de Literatura Portuguesa Contemporânea». Entre os múltiplos Espólios representados nesse Fundo contam-se, por exemplo, os de Eça de Queiroz, Fernando Pessoa, Victorino Nemésio, etc. e parte da correspondência de Palma Ferreira —que como Director da BN, foi o seu principal impulsionador—, o de Raúl Proença e o de Jaime Cortesão —o último a dar entrada, recentemente.

Os trabalhos de inventariação sistemática têm dado origem à publicação dos índices respectivos e à edição de inéditos desses autores.

Pode dizer-se que o crescimento da Biblioteca, nos seus quase dois séculos de existência, seguiu muitas das linhas fundacionais preconizadas por Ribeiro dos Santos.

Apoiou-se, basilarmente, no crescimento actualizado por via do Depósito legal, cuja primeira Lei de Setº de 1805, tornou extensível a todas as tipografias a obrigatoriedade do depósito já prescrito anteriormente (1798), à Imprensa Régia. O seu cumprimento nem sempre foi fácil de

controlar, no entanto, é nele que se fundamenta o conhecimento actual e vindouro da Bibliografia Portuguesa.

Quanto à grande batalha travada pelo primeiro Bibliotecário-Mor, para conseguir verbas («rendas») próprias para as aquisições correntes, pode dizer-se que a ganhou com a publicação do Decreto de 30 de Dez° de 1801, que atribuiu a quantia anual de 1 600\$000 reis para «compra e subscrição de obras periódicas e outros livros». Das «justas aplicações» desse fundo são prova quer or tesouro que é a *Bíblia* de Gutemberg, comprada em 1802 aos livreiros Borel, quer as múltiplas obras com que foi actualizando os fundos, de que deu detalhadas contas aos Inspectores Gerais em catálogos metódicos devidamente elaborados.

Trata-se, porém, de batalha periodicamente reacendida. A adequação de medidas desse género continua a ser problema de hoje, pois a falta ou a extrema exiguidade de verbas para aquisições impossibilita o traçado de qualquer *política* coerente para as mesmas. Por essa razão, o que entra na Biblioteca de publicações estrangeiras faz-se, quase exclusivamente, através dos mecanismos de oferta e permuta com instituições similares.

E, pode dizer-se, que têm sido as *compras de ocasião*, em leilões nacionais e internacionais, as mais beneficentemente satisfeitas, mercê do recurso ao Mecenato Cultural desde há poucos anos instituído. De facto, por essa via, foi possível trazer à BN alguns dos maiores tesouros nacionais, quer manuscritos quer impressor. Sirvam, como exemplos paradigmáticos, a compra do único exemplar conhecido do primeiro incunábulo português, o *Tratado de Confissom* —descoberto e pouco tempo depois estudado (1967)— adquirido em 1987; ou o da recente aquisição (1990) dos originais de *Mensagem* e «O guardador de rebanhos» de Fernando Pessoa.

#### *Política de Biblioteca Nacional e inserção no sistema nacional de bibliotecas*

Pela Lei Orgânica de 1980, actualmente em vigor, a Biblioteca Nacional é, por definição, a biblioteca normativa e de investigação a quem cumpre, em Portugal, o desempenho das funções que internacionalmente se reconhecem próprias de uma agência bibliográfica nacional.

Destacam-se assim, em primeiro plano, as suas funções no tratamento, divulgação e conservação do patrimonio documental produzido em Portugal, em língua portuguesa, referente a Portugal ou de interesse para a cultura nacional. Noutro plano, e enquanto biblioteca geral de investigação de nível nacional, uma política de aquisições que pretende corresponder as necessidades actuais de investigação na área das ciências humanas.

Com aquela atribuição primordial que remonta, podemos dizê-lo, à época da sua fundação — a partir das primeiras determinações régias no sentido de garantir à Biblioteca a recepção de toda a produção tipográfica nacional — está a BN incumbida, especificamente, de assegurar o serviço nacional de Depósito Legal e difusão da bibliografia nacional corrente.

Apesar da importância fundamental destas suas já históricas funções — entre as quais merece também referência o centenário Serviço Português de Trocas Internacionais — não é apenas nelo desempenho das mesmas, a par do funcionamento da própria biblioteca como tal, que hoje se distingue a orientação recente e actual das actividades da BN.

O processo de modernização da BN iniciado em 1985, com o lançamento do projecto de informatização, começou por reflectir as inadiáveis necessidades da maior biblioteca do País em termos de racionalização, de rapidez e de rigor nos procedimentos técnicos de molde a melhor corresponder às cada vez mais complexas exigências do mundo cultural, científico e tecnológico actual, de que não pode viver alheada por força das suas atribuições.

Desde logo esse processo de modernização extravazou a própria BN, acondando-a para outras funções que, explícita ou implicitamente, a Lei já lhe conferia, mas cuja plena assunção e efeitos vinham sucessivamente sendo dificultados pela carência de meios financeiros, técnicos e humanos.

Continuando embora a enfrentar dificuldades dessa ordem na prossecução dos projectos iniciados, foi possível à Biblioteca Nacional — sobretudo por via da modernização conseguida com a introdução das novas tecnologias, em que foi apoiada financeiramente por outros organismos públicos e privados — aprofundar e diversificar as suas linhas de actuação, a nível nacional e internacional.

Entre essas linhas de actuação distinguem-se, pela importância de que se revestem na revitalização do contexto biblioteconómico português: a melhoria do controlo bibliográfico nacional e das condições de acesso à informação bibliográfica; o apoio à implementação das novas tecnologias nas bibliotecas portuguesas; o fomento da normalização e o desenvolvimento e aplicação de novas técnicas biblioteconómicas; a actualização da formação profissional, interna e externa à BN; a promoção de acções visando a optimização dos recursos materiais e humanos das bibliotecas e, sobretudo, a rentabilização dos recursos bibliográficos existentes no País.

No que respeita ao controlo bibliográfico nacional há a destacar, para além das responsabilidades pelo Depósito Legal e pela produção da bibliografia nacional corrente, as recentes funções da BN como Centro Nacional ISDS a quem cabe, desde 1987, o registo e atribuição do número

internacional normalizado às publicações em série produzidas em Portugal, e ainda como responsável pelo Serviço Nacional de Catalogação na Publicação (CIP), lançado em 1990.

Tão importante como o controlo bibliográfico, a rápida disponibilização da bibliografia nacional e o alargamento do seu acesso foram objectivos que presidiram à automatização dos serviços de tratamento documental da BN que, desde 1989, garantem a sua actualização diária num catálogo automatizado, acessível em linha, localmente e do exterior.

Assumindo mais plenamente a sua responsabilidades na elaboração e manutenção do catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas —tarefa que as novas tecnologias tornam mais fácil e consequente— desde o início a BN incluiu no seu programa de automatização, a criação das condições técnicas e logísticas necessárias à compatibilidade, à portabilidade, e ao armazenamento e pesquisa de grande volume de informação bibliográfica, de proveniência e tipologia diversas, num projecto cooperativo aberto a todo o país e a todo o tipo de bibliotecas.

Entre essas condições destaca-se o papel da BN como Centro Distribuidor Nacional do software Mini-micro CDS/ISIS (UNESCO) desde 1986, com base no qual preparou uma aplicação especificamente vocacionada para a catalogação automatizada segundo o formato UNIMARC, hoje distribuída a mais de 400 bibliotecas portuguesas, aptas por isso a trabalhar em cooperação e a trocar informação bibliográfica.

A par da distribuição do software, a BN tem vindo a garantir também a essas bibliotecas a inerente formação e o necessário apoio técnico na sua implementação, apoio esse que acaba, naturalmente, por abarcar também a consultoria sobre práticas biblioteconómicas que, desde modo, tendem a aperfeiçoar-se e a tornar-se mais consistentes e compatíveis.

Tendo adquirido em 1987 um sistema informático de grande porte, também parametrizado em UNIMARC em consonância com a aplicação do mini-micro CDS/ISIS e capaz, por isso, de receber a contribuição das bibliotecas que desejem cooperar, a BN concretizou as condições que lhe permitiram avançar da simples automatização dos seus catálogos para a constituição do catálogo colectivo em linha das bibliotecas portuguesas que é, afinal, a Base Nacional de Dados Bibliográficos —PORBASE.

Inaugurada ao público em 1988, a PORBASE, constituída a partir dos fundos bibliográficos da Biblioteca Nacional, conta actualmente com a colaboração regular de 56 bibliotecas portuguesas, de todos os tipos, e contém hoje cerca de 350.000 registos dos quais 220.000 correspondem a bibliografia portuguesa (cobrindo já todo o período de 1950 a 1991) e 130.000 a bibliografia estrangeira. Do total, a contribuição das bibliotecas cooperantes ascende a cerca de 100.000 registos que respeitam, sobretudo a bibliografia estrangeira.

O acesso à PORBASE é, neste momento, livre e gratuito, para instituições ou pessoas individuais, a partir de qualquer ponto do país servido pela Rede Nacional de Transmissão de Dados, ou de estrangeiro.

A configuração do sistema que suporta a PORBASE —Geac Concept 9000— assenta, actualmente, em 16 discos de 340 Mb cada, 3 processadores e 2 unidades de banda de 16 Mb RAM, com capacidade para 500.000 registos e permitindo a ligação em simultâneo de um número máximo de 156 terminais, dos quais existem, de momento, 60 na Biblioteca Nacional e 17 no exterior.

Para além do acesso esporádico, existem ligações permanentes para diversas bibliotecas em diferentes pontos do país, sendo que algumas já optaram também pela catalogação em linha, enquanto a maioria coopera enviando os seus registos em suporte magnético para serem carregados na Base de Dados, em diferido.

A par da informatização da catalogação corrente, a BN implementou igualmente um Programa de Conversão Retrospectiva segundo o qual, se não se verificarem restrições de ordem financeira, será possível garantir a informatização total dos seus catálogos em 1996, ano do bicentenário da instituição. Também em matéria de conversão retrospectiva a BN tem fomentado a racionalização do trabalho pela cooperação coordenada entre as bibliotecas portuguesas, para além de orientar a execução de programas de conversão retrospectiva de outras instituições, a seu pedido.

O lançamento e desenvolvimento de todos estes projectos reveste importância especial noutros aspectos, como o da normalização biblioteconómica, vertente de actuação também decisivamente assumida pela BN que é, desde 1990, o Organismo de Normalização Sectorial para a documentação e a informação, albergando a respectiva Comissão Técnica cujo âmbito é, para Portugal, idêntico ao da internacional TC46 da ISO.

Para além desta atribuição legal, tem a BN vindo a produzir e a disponibilizar, por iniciativa própria, toda uma série de instrumentos normativos necessários a uma prática biblioteconómica actualizada, por um lado, e indispensáveis no âmbito da automatização das bibliotecas portuguesas, em termos compatíveis, por outro. De facto é hoje significativo o peso da vertente biblioteconómica na produção editorial da BN, que de 1986 até ao presente conta já com 16 publicações técnicas. Do mesmo modo tem a BN vindo a preparar e disponibilizar actualizações da aplicação PORBASE e o desenvolvimento de outras aplicações novas, baseadas no mesmo software, para outras funções biblioteconómicas.

Esse novo fomento de normalização se tem limitado apenas à adopção de normas internacionais já existentes ou de soluções já experimentadas mas passa também, nalguns casos, pelo estudo e desenvolvimento de novas técnicas biblioteconómicas, ou mesmo, de inovações tecnológicas,

assim contribuindo lentamente para a renovação do conteúdo funcional tradicional dos profissionais de biblioteca portugueses e para a sua inserção no contexto internacional.

Nestes aspectos tem a BN privilegiado a cooperação com outros países, quer promovendo a realização de estágios e visitas de estudo no estrangeiro, quer apoiando a participação activa dos seus técnicos nas organizações internacionais como a IFLA, a LIBER ou a EFLC, quer ainda integrando os principais projectos europeus em curso, nomeadamente os apoiados pela CEE, como sejam o Projecto Piloto CD-ROM, para as bibliografias nacionais, e o projecto EROMM, para a criação dum Registro Europeu de Microformas.

A formação profissional é outra das áreas mais relevantes da actividade da BN no contexto do actual sistema nacional de bibliotecas pelo investimento e mobilização que encerra e que decorre, essencialmente, do lançamento e desenvolvimento do Projecto PORBASE. Incidindo basicamente sobre questões técnicas relacionadas com a automatização, a formação tem abrangido profissionais de vários níveis e de todo o país, tornando-se uma actividade corrente na BN, para suprir carências a que as estruturas académicas não respondem. De 1987 até ao presente a actividade de formação na BN ronda já o milhar de formandos e averba a realização de mais de 60 acções diferentes.

Assentando na informação já disponível na PORBASE e nas novas tecnologias de comunicação ao dispor —correio electrónico, telefax, etc.— pôde a BN relançar o Serviço Nacional de Empréstimo Interbibliotecas, em funcionamento experimental desde 1990 e que conta já com a colaboração activa de boa parte das bibliotecas cooperantes na PORBASE.

Da mesma forma que estimula a participação na PORBASE e no empréstimo interbibliotecas, a BN promove também acções das quais as bibliotecas cooperantes possam tirar outras vantagens imediatas em termos de racionalização do trabalho ou de rentabilização de recursos materiais. Exemplo dessas acções é o Projecto de Catalogação Analítica das Publicações em Série Portuguesas, no qual se evitam duplicações de trabalho pela divisão de responsabilidades entre as bibliotecas cooperantes. Por outro, prevê também a BN concluir, no próximo ano, a criação das condições e meios informáticos para a extracção de registos bibliográficos da PORBASE para efeitos do seu carregamento nas bases de dados locais das instituições, solucionando assim uma das principais dificuldades que a opção pela ligação em linha ao sistema Geac apresenta por um lado, e disponibilizando também os registos referentes à bibliografia racional corrente, em suporte magnético, que deixarão, então, de ter que ser processados em cada instituição.

A par da dinamização do empréstimo e da racionalização do trabalho

a BN procura também continuar a fazer evoluir a PORBASE no sentido de a transformar na grande biblioteca de referência do país, com base na qual vanha a ser possível estabelecer uma política coordenada de aquisições a nível nacional.

Do ponto de vista da sua utilização como biblioteca de referência a PORBASE poderá, no futuro, vir a diversificar a sua audiência e a facilitar a seu acesso, através da disponibilização da sua informação noutros suportes, como sejam o VIDEOTEX e o CR-ROM.

Indissociável do próprio funcionamento actual da Biblioteca e dos serviços ao utilizador nela prestados localmente, a PORBASE —de que a Biblioteca Nacional, para além de promotora é também a entidade oficialmente designada como gestora— é hoje um instrumento inestimável para a prossecução das acções, em prol do desenvolvimento cultural e científico do País, que dela de esperam.

#### *Secções funções actuais*

A evolução que se vem verificando nas actividades de BN tem obrigado a alterações funcionais em alguns serviços, à criação de novos sectores e à desactivação de outros, pelo que a sua estrutura interna não é hoje, na realidade, exactamente a mesma que a Lei Orgânica lhe estabelece.

Mantém-se, no entanto, a sua estrutura geral composta por três Direcções de Serviços que correspondem ás três principais vertentes organizacionais da instituição: a administração geral, a coordenação bibliotecónica e a investigação e actividades culturais.

A Direcção de Serviços de Coordenação Biblioteconómica engloba todos os serviços que asseguram, desde as aquisições até aos serviços de referência e leitura, as actividades de tratamento técnico, armazenamento e disponibilização das colecções bibliográficas que integram o património da BN; Fundo Geral, Colecções Especiais (Periódicos, Cartografia, Iconografia, Música) e Reservados (manuscritos e Impressos raros).

Em todos estes serviços são observadas as mesmas regras bibliotecónicas de base: descrição bibliográfica segundo as Regras Portuguesas de Catalogação (RPC, 1984), que implementam o padrão internacional ISBD, e o formato UNIMARC.

É de referir ainda, que os vários serviços especiais e o de Reservados dispõem de serviços de referência e leitura próprios, bem como depósitos separados para armazenamento das respectivas colecções, todos eles disponibilizando ao utilizador, tal como o sector de Leitura Geral, o acesso a facilidades de reprografia.

A Área de Referência Geral, para além da orientação dos leitores e da gestão do catálogo geral, assegura também o Serviço de Empréstimo Interbibliotecas e dispõe, ainda, de um núcleo de CD-ROM, onde podem ser pesquisadas algumas bases de dados disponíveis nesse suporte, tais como a LISA, o ERIC, a SOCIOFILE e algumas bibliografias nacionais.

A Direcção de Serviços de Investigação e Actividades Culturais tem a seu cargo o tratamento, conservação e difusão do Arquivo de Literatura Portuguesa Contemporânea (Espólios); a investigação bibliográfica e de fontes solicitada do exterior ou necessária à concretização das iniciativas da BN em matéria editorial ou de exposições, bem como a execução destas e ainda a coordenação das relações públicas.

Outros sectores técnicos especiais existem que dependem directamente da Direcção, quer porque não enquadram, dada a sua especificidade, na estrutura geral —como é o caso da Área de Deficientes Visuais, que gere a colecção de publicações em braille e sonoras e o respectivo serviço de empréstimo— quer porque o seu âmbito de actuação tem implicações na generalidade de outros serviços —como acontece com a Preservação e Conservação, Encadernação, Restauro, Laboratório fotográfico, Microformas (arquivo e leitura) a Comissão de Normalização, a coordenação da PORBASE, incluindo a Divisão de Informática e a Área de Conversão Retrospectiva e a Formação.

Para além das funções técnicas internas e próprias de qualquer biblioteca, cuja distribuição e hierarquia se pode observar no quadro anexo, algumas das funções de nível nacional e como instituição própria, de que a BN está incumbida, funcionam —como também se pode ver— inseridas nos serviços internos com os quais têm mais próxima relação de trabalho.

Assim, a área de Aquisições, integra o serviço nacional de Depósito Legal e o Serviço Português de Trocas Internacionais, a Área de Catalogação executa o Serviço CIP (Catalogação na Publicação), o Centro Nacional ISDS funciona sob a mesma coordenação superior que a área de Periódicos, e a Área de Conversão Retrospectiva assegura o trabalho do Centro Distribuidor Nacional do Mini-micro CDS/ISIS em estreita relação com o Órgão Coordenador da PORBASE, uma vez que para além de coordenar a execução do Programa de conversão retrospectiva, é, também, o interlocutor principal com os cooperantes da Base Nacional de Dados Bibliográficos —PORBASE.

O sector da Formação, cuja criação recente veio institucionalizar uma prática já há alguns anos corrente mas sem apoio próprio, é também uma das áreas de maior contacto com as outras bibliotecas portuguesas e assegura o funcionamento de todas as acções de formação que regularmente são promovidas pela BN.

*Relação da Biblioteca com a vida social e cultural do País*

A natureza e atribuições da Biblioteca Nacional conferem-lhe, por si só, um lugar de primeiro plano entre as mais prestigiadas instituições nacionais ao serviço da Cultura. A par do estatuto, a sua dimensão e a riqueza das suas colecções elevem-na, enquanto património, ao nível dos maiores valores nacionais. Como instrumento ao serviço da investigação é, antes de mais, o repertório das fontes fundamentais para a história da cultura portuguesa de todos os tempos, por ser a grande biblioteca de conservação do património documental português.

Destinada, no acto da sua fundação, a servir «como hum thesouro de todas as artes e sciencias...» a Biblioteca Nacional acabou por evoluir, tal como muitas congéneres estrangeiras —bibliotecas gerais de investigação— para uma biblioteca de cariz essencialmente humanístico.

Circunstâncias históricas e contexto intelectual —que têm que ver com a origem dos seus fundos iniciais, com a natureza da produção editorial portuguesa que a Biblioteca colectou ao longo dos seus quase duzentos anos de História, e ainda com a orientação das suas disponibilidades orçamentais para aquisição de colecções ou itens raros que à BN, mais do que a qualquer outra instituição nacional, compete preservar —tornaram-na uma biblioteca erudita cujos fundos há muito deixaram de responder às necessidades de investigação nas áreas de ciência e tecnologia.

Por essa razão, hoje, como no passado, a Biblioteca é procurada essencialmente por uma população de estudiosos das áreas de letras e ciências sociais, na sua grande maioria escritores, professores e alunos universitários e outros investigadores, face às características das suas colecções e no sentido de diversificar a sua população de utilizadores, a BN tem procurado também criar as condições que proporcionem a prestação de um bom serviço de referência e as facilidades de acesso à informação bibliográfica, de qualquer natureza, disponível no País ou fora dele, instalando novos serviços como a pesquisa local de bases de dados externas em CD-ROM e o Serviço de Empréstimo Interbibliotecas recentemente activado.

O próprio processo de informatização, conferindo uma dinâmica nova à Instituição e à relação com outras unidades documentais do País e do estrangeiro, tem vindo a favorecer o intercâmbio não só de profissionais mas também, por via destes, das respectivas comunidades de utilizadores.

Por essa nova dinâmica, pela desburocratização introduzida nos últimos anos e também porque a Biblioteca, apesar de erudita e de conservação continua a franquear o acesso as suas colecções à população em

geral, maior de 18 anos, a sua utilização tem vindo a aumentar consideravelmente, registando-se actualmente uma média mensal de 5.000 leitores.

Mas, para além de importante centro de investigação, não so nos domínios tradicionais da pesquisa bibliográfica e biblioteconómica como no dos estudos históricos e literários, a Biblioteca Nacional tem desempenhado um papel de relevo como espaço de difusão e animação cultural.

Em diversas fases do seu desenvolvimento, encontramos-a, assim, como forum de convívio e debate entre estudiosos e intelectuais ou, mesmo, como ponto de partida de movimentos de ideias e projectos de intervenção cívica. Em memória de alguns desses momentos, dos mais nobres da sua história, ficou um generoso «haver» de acções culturais e de edições, ultrapassando estas as quatro centenas de títulos.

Tendo sido uma das primeiras bibliotecas europeias a publicar o Catálogo da sua Colecção de Incunábulo (1844), nem sempre encontrou por partes dos Governos e do público a melhor compreensão para desenvolver a sua missão de agente difusor do património bibliográfico que conserva. As suas realizações no domínio da divulgação de textos clássicos de literatura e história portuguesas foram devidas, quase sempre, ao esforço e dedicação dos homens de letras que a dirigiram, ou de alguns funcionários que lhe dedicaram a maior e melhor parcela da sua inteligência e do seu saber.

Nesse campo, os projectos mais consequentes situam-se já no decurso do presente século, nomeadamente entre os anos de 1920-1927 e depois de 1980, tendo a BN alcançado o primeiro plano entre as bibliotecas portuguesas que procuraram concertar as funções de preservação e tratamento bibliográfico dos fundos que conservavam com as da respectiva divulgação.

Com acento na última década, o Biblioteca Nacional tem assegurado um programa regular de exposições —sempre acompanhadas dos respectivos catálogos— sobre temas e personalidades cimeiras da história e literatura portuguesas (ou da cultura mundial), reunindo a bibliografia pertinente, activa e passiva, por vezes acompanhada de antologias e estudos interpretativos. Tranbalhando em cooperação com as suas congéneres, a outras instituições da cultura que também guardam testemunhos do passado, aínca que recente, preocupa-se por tornar tanto quanto possível sugestivas e atraentes as exposições que organiza, assegurando integralmente todas as fases da respectiva realização.

De entre as exposições mais importantes, salientam-se as evocativas da Vida e Obra de Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Camões, Pe. António Vieira, Marquês de Pombal, José Anastásio de Cunha, Cesário Verde, Teixeira de Pascoais, Raul Brandão, Família Lopes de Mendonça, André

Brun, António Sérgio, Jaime Cortesão, Raul Proença, Aquilino Ribeiro, Fidelino de Figueiredo, Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, António Pedro, António Maria Lisboa, Pedro Oom e Mário Henrique Leiria, entre os portugueses, e Vergílio, Horácio, São Bernardo, Petrarca, Erasmo, Cervantes, Ugo Foscolo, Víctor Hugo, Tolstoi, Andersen e Kafka, entre os estrangeiros.

Também a história social e política portuguesa, desde a época dos descobrimentos até aos nossos dias, passando pela Restauração (1640), a época de D. João V à Revolução Francesa, a Inquisição (1536-1821), a Guerra Peninsular (1807-1814), a Guerra Civil (1829-1834), a primeira República (1910-1926), o Estado Novo (1926-1959), e os últimos 100 anos de Anarquismo em Portugal (1887-1987) mereceram exposições e catálogos detalhados, ao lado dos que foram dedicados aos Incunábulos e outros Címélios, à Cartografia portuguesa (séc. XVI-XVIII), ao Cartaz em Portugal (séc. XVII-XX), aos Livros portugueses de cozinha e à Moda em Portugal através da Imprensa (1807-1991).

Em 1988, criou o *Museu do Livro*, exposição permanente de história do livro com base nos tesouros da BN, renovada semestralmente. Um público cada vez mais vasto tem ocorrido, também, às exposições de artistas plásticos portugueses, entre autores consagrados e jovens pintores, que nos últimos anos têm passado pelas salas que a primeira biblioteca portuguesa lhes tem facultado.

Além das exposições e seus catálogos, o programa editorial da BN conta, ainda, com uma série de edições fac-similadas de impressos raros, uma série de catálogos dos fundos e bibliografias, temáticas e retrospectivas, e várias séries documentais, proporcionando a edição de estudos e documentos inéditos, desde o século XVI ao presente, conservados nos diversos departamentos.

Retomando a iniciativa lançada em 1920 com a edição dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, que constituiu um marco decisivo na investigação bibliográfica e biblioteconómica em Portugal —aliada a uma vasta colaboração de historiadores e intérpretes de grande nomeada no domínio da história da cultura— foi criada, em 1980, a *Revista da Biblioteca Nacional* que tem mantido publicação semestral regular. Aí se têm arquivado diversos estudos de Cultura Portuguesa, Bibliografia, Biblioteconomia, Arquivística e História do livro. A *Revista* consagrou números especiais ao V Centenário da Imprensa em Portugal, e aos centenários de Fernando Pessoa, o maior poeta português contemporâneo, e de Jaime Cortesão, Raul Proença e João Palma-Ferreira, antigos dirigentes de BN e grandes animadores da sua intervenção cultural.

## X. LISTA DE DIRECTORES

Vasco Pinto de Souza Coutinho Balsemao	1836-1843
José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha	1843-1846
Antonio de Oliverà Marreca	1846
José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha	1846-1847
José da Silva Mendes Leal	1850-1851
José Canais de Figueiredo Castello Branco	1851-1857
José da Silva Mendes Leal	1857-1886
Antonio José Enes	1886-1887
Gabriel Víctor do Monte Pereira	1887-1902
Xavier da Cunha	1902-1911
Faustino da Fonseca	1911-1918
Fidelino de Figueiredo	1918-1919
Augusto Botelho da Costa Veiga	1928-1950
Joao Martins da Silva Marques	1950-1951
Manuel dos Santos Estevens	1951-1974
Antonio Henrique de Oliveira Marques	1974-1976
Joao Pedro Palma-Ferreira	1980-1983
Vitorino Magalhães Godinho	1984
Manuel Villaverde Cabral	1985-1990
M.º Leonor Machado de Souza	1990

## FONTES

*Manuscritas:**Arquivo Nacional da Torre do Tombo*

— Ministério do Reino: Livros 92, 99, 362. Maços 360, 443

*Biblioteca Nacional*

— Reservados: COD 272; 4708; 4712; 4713; 8544; 10 610; 10 612; 11 522-25; 11 590; 12 935-37

— Arquivo Histórico: Livros 642; 914 C; 917; 936; 937-939.

AH/COCA: 2/1; 5/1; 5/2; 14/2

Maços: 13-doc. j); 27-doc. r)

*Impressas:*

(Colecções de legislação; documentos relativos às administrações; notas biográficas sobre os Directores; relatórios dos Directores, etc.)

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Carlos: *A actividade editorial da BN, 1844-1989: uma aproximação*. In: *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, S. 2, 5 (1) Jan.-Jun. 1990, p. 161-220.
- ANAIS das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. Vol. I e II (1915-1916). Lisboa: Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, 1915-1916.
- AZEVEDO, Pedro A. de: *A reorganização da Biblioteca Nacional de Lisboa de 18 de Maio de 1911*. In: *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa*, 1.<sup>a</sup> série, 1.<sup>o</sup> vol., 1910-1914, p. 177-199.
- BAPTISTA, Jacinto: *Jaime Cortesão, Raul Proença: idealistas no mundo real*. Lisboa: BN, 1990.
- BEM, Thomaz Caetano de: *Memorias historicas chronologicas da Sagrada Religião dos Clerigos Regulares em Portugal, e suas conquistas na India Oriental*. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1792- 1794, 2 vol.
- BIBLIOTECA NACIONAL*: 1985-1986. Lisboa: BN, 1987.
- BRITO, Francisco José Maria de; CENÁCULO, Fr. Manuel do: *Humanismo e Diplomacia: correspondência literária (1789-1804) de [...]*. Apresent. e notas de Nuno Daupias d'Alcochete. Paris: Centro Cultural Português da Fund. Calouste Gulbenkian, 1976.
- CASTILHO, José Feliciano de: *Relatorio acerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa e mais estabelecimentos anexos [...] no 1.<sup>o</sup> de Janeiro de 1844*. Lisboa: Typ. Lusitana, 1844, 4 vol.
- CATALOGO de livros antigos latinos pertencentes ás Livrarias dos extintos conventos da Provincia de Extremadura para vender em hasta publica por ordem do Governo Portuguez*. Lisboa: Imp. Nac., 1864.
- COLLECÇÃO de Legislação Portuguesa*: 1835-Nov. 1836 [Coligida] por A. Delgado da Silva, Lisboa: Typ. Luiz Correa da Cunha, 1838.
- COLLECÇÃO de leis e outros documentos officiais publicados desde 1 Janeiro a 9 Setembro 1836*. Lisboa: Imp. Nac., 1836. V série.
- COLLECÇÃO de leis e outros documentos officias publicados desde 10 setembro a 31 Dezembro 1836*. Lisboa: Imp. Nac., 1837, VI série.
- CORTESÃO, Jaime: *Relatório do director da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Tip. da Biblioteca Nacional, 1920.
- CUNHA, Xavier da: *Relatorio dos serviços da Bibliotheca Nacional e Lisboa no primeiro [-quarto] trimestre de 1905*. In: *Boletim das Bibliothecas e Archivos Nacionaes*, Coimbra, 4 (1-4) Jan.-Mar. a Out.-Dez. 1905.
- DIAS, Luís Fernando Carvalho: ed. lit. *Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos [parte do COD 4712]*. Coimbra: Fac. Letras - Inst. Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos. 1975. Sep. Rev. Port. História, 14, p. 413-519.
- DIAS, Luís Fernando Carvalho: ed. lit. *Inéditos de António Ribeiro dos Santos*. Coimbra: [s.n.], 1976. Sep. Bol. Bibl. Univ. Coimbra, 33.
- DOCUMENTOS relativos a recolha e distribuição dos quadros e livros após a extinção dos conventos*: [1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> partes] / [publicados por Arnaldo F. de Ataíde e Melo]. *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes - Documentos*, Lisboa, III, IV, 1938-1939.

- DOMINGOS, Manuela D.: *A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795*. In: Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa, 8, 2, 5, (1) Jan.-Jun. 1990, p. 139-160.
- ESTEVEENS, Manuel Santos: *Sinopse cronológica da legislação portuguesa sobre bibliotecas e arquivos: 1796-1948; ensaio*. Coimbra: Bibl. de Universidade, 1949.
- FERRÃO, António: *Os arquivos e as bibliotecas em Portugal*. Coimbra: Imp. da Universidade, 1920.
- FERREIRA, João Palma: *Um ano na direcção da Biblioteca Nacional: Setembro de 1980-Setembro de 1981*. Lisboa: BN, 1981.
- FIGUEIREDO, Fidelino de: *Como dirigi a Bibliotheca Nacional: Fevereiro de 1918 a Fevereiro de 1919*. Lisboa: Livr. Clássica Editora A. M. Teixeira, 1919.
- FONSECA, Faustino da: *Relatório de Director da Biblioteca Nacional de Lisboa: Abril de 1911 a Março de 1912*. Coimbra: Imp. de Universidade, 1912.
- FRANCA, Marie-Therèse Mandroux: *Les Mariette et el Portugal*. In: Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France: Actes du Colloque, Paris, 11-16 Octobre 1982. Paris: Centro Cultural Português - Fund. Calouste Gulbenkian, 1983, p. 295-322.
- GORDO, Joaquim Ferreira: *Memórias do Doutor António Ribeiro dos Santos, lente que foi da Faculdade da Cânones, na Universidade de Coimbra, [...] códices 828 e 6794 da BN. Traslado e notas de J. P. F.* In: Revista de Biblioteca Nacional. Lisboa, 1 (1) Jan.-Jun. 1981, p. 159-173.
- JACOB, P. Louis.: *Traicté des plus belles bibliothèques publiques et particulières, qui ont esté & qui sont à présent dans le monde [...]*. A Paris: chez Rolet le Duc, 1644.
- JAIME Cortesão, Raul Proença: *Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário (1884-1984)*. Lisboa: BN, 1985.
- JOAQUIM Larcher director da Biblioteca Pública da Corte. Apresent. e nota de Adriano Guerra Andrade. In: Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa, 2 (1) Jan.-Jun. 1982, p. 165-170.
- LEAL, José da Silva Mendes: *Bibliotheca Nacional de Lisboa - Relatório do Bibliothecário-Mór: anno de 1858-1859*. In: Boletim Official de Instrucção Publica. Lisboa (3-7) Mas. a Jul. 1861, p. 125-138, 166-174, 199-209 e 238-244.
- LEGISLAÇÃO Portuguesa sobre Bibliotecas e Arquivos: 1796-1861. [Organ. por] Maria Alice Baptista Velho Melo Falcão de Almeida Curado. In: Arquivo de Bibliografia Portuguesa, Coimbra, 15 (57-58) Jan.-Jun. 1969, p. 19-85 e (59-60) Jul.-Dez. 1969, p. 145-239.
- MARCADE, J.: *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, évêque de Beja. Archevêque d'Evora: 1770-1814*. Paris: Centro Cultural Português da Fund. Calouste Gulbekian, 1978.
- MIGUÉIS, José Rodrigues: *Uma flor na campa de Raul Proença*. Lisboa: BN, 1985.
- MONSENHOR Joaquim José Ferreira Gordo, Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca Pública da Corte. Apresent. e notas de Maria Alzira Proença Simões. In: Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1 (2) Jul.-Dez. 1981, p. 357-368.
- OLIVEIRA, Maria Julieta Ventura de: *Vasco Pinto de Sousa Coutinho de Balsemão, Bibliotecário-Mor da Biblioteca Nacional de Lisboa de 8 de Abril e 1834 a 22 de Março de 1843*. In: Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa, 2 (2) Jul.-Dez. 1982, p. 371-383.

- PEREIRA, Gabriel: *Biblioteca Nacional de Lisboa - Notícias*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Typ. do «Dia», 1903, tomo II.
- PEREIRA, José Esteves: *O pensamento político em Portugal no século XVIII*: Antonio Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imp. Nac. · Casa da Moeda, 1983.
- PIWNIK, Marie-Hélène: *Echanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris: Centre Culturel Portugais · Fond. Calouste Gulbenkian, 1987.
- PRATES, Maria Cristina: *José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, Bibliotecário-Mor da Biblioteca Nacional de Lisboa*. In: *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 3 (1-2) Jan.-Dez. 1983, p. 309-322.
- PRATES, Maria Cristina: *The Portuguese National Library*. In: *Encyclopedia of Library and Information Science*. New York: Marcel Dekker, 1986. Vol. 40, Supplement 5, p. 365-383.
- PROENÇA, Raul: *A Biblioteca Nacional: Breves noções históricas e descritivas: História*. In: *Publicações da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 1918. 1.<sup>o</sup> vol., p. 7-57.
- REVISTA da Biblioteca Nacional*: [número comemorativo do centenário de nascimento de Jaime Cortesão e Raul Proença]. Lisboa, 8, 2, 1 (1-2) Jan.-Dez. 1986.
- RIBEIRO, José Silvestre: *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas*. Coimbra: Imp. da Universidade, 1914.
- SILVA, António Martins: *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*. Coimbra: Fac. de Letras, 1989. Tese doutoramento em História.